



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da Câmara Técnica de Trânsito Transporte e Mobilidade Urbana

Local: Sala de Reunião - SEPLAN - 5º ANDAR/PCR

Data: 29 de Março de 2016

Horário: 09h00min às 12h30min

PAUTA:

- ✓ Constituição da Câmara Técnica com escolha de coordenação e secretaria.
- ✓ Apresentação e discussão das "Estratégias de Construção do Plano de Mobilidade - Pesquisa de origem e destino".
- ✓ Outros informes.

Participantes da Câmara Técnica: Fernando Freire – SECID; Maurício Pina – Consórcio Grande Recife; João Domingos – ICPS; Leonardo Cisneiros – DU; José Marques do Nascimento – SINTRACI; Ângela Carneiro – CAU/PE.

DESENVOLVIMENTO:

A reunião foi aberta pela Secretária Especial de Planejamento Estratégico da SEPLAN, Norah Neves que nivelou com os (as) participantes o objetivo do encontro. Com base no artigo 18º do Regimento do Conselho, destacou as atribuições da Câmara Técnica e propôs aos conselheiros (as) a escolha do coordenador (a) e do (a) secretário (a) para condução do respectivo colegiado.

Considerando que, o ICPS está coordenando a elaboração do Plano de Mobilidade para a Cidade, foi sugerido pelo presidente do citado órgão que o mesmo assumira a coordenação da Câmara, sendo aceita pelos demais. Para a secretaria, foi sugerido inicialmente o nome da representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, Ângela Carneiro da Cunha, mas diante de sua indisponibilidade de tempo, tal atribuição ficou com o representante de Direitos Urbanos, Leonardo Cisneiros, podendo ser trocado, posteriormente, pela representante do CAU.

Sandra Nunes - SEMOC sugeriu formar um grupo no Google Groups da câmara para repasse de informações, organização e registro das reuniões; todos concordaram com a proposta, cabendo a SEPLAN providenciar a abertura do grupo.

Com a conclusão do primeiro ponto de pauta, a palavra foi repassada para João Domingos - ICPS, que destacou a integração entre a Prefeitura e o ICPS, a SECID e o Consórcio Grande Recife, para construção do Plano. Ele fez referência à importância da participação do Consórcio enquanto responsável pela operação do sistema de transporte metropolitano. Repassou a palavra para Sideney Schreiner - Secretário Executivo de Planejamento da Mobilidade do ICPS, para apresentar a estratégia de construção do Plano de Mobilidade Urbana do Recife. Antes de iniciar a apresentação dos conteúdos relacionados à metodologia, Sideney apresentou sua equipe de trabalho e fez uma contextualização dos procedimentos legais para a elaboração do plano, conforme Política Nacional de Mobilidade Urbana. Apresentou o escopo de desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana do Recife, detalhando as dez etapas que

Av. Cais do Apolo, 925 – Térreo – Cais do Apolo – CEP 50.030-903 – Recife-PE



serão disponibilizadas no site do Conselho da Cidade para acompanhamento de todos (as). Sobre a pesquisa, aplicada via ambiente virtual, informou que 73.000 pessoas responderam, das quais, 20.000 são crianças. Até o momento, a pesquisa representa o percentual de 61% de resposta de Recife e 39% da RMR. Embora tenha sido acordado que as intervenções dos (as) participantes deveriam acontecer após a conclusão da apresentação, alguns questionamentos foram feitos e respondidos no seu decorrer, tais como: quais os mecanismos de participação para as pessoas que não têm acesso à internet? Sideney informou que os laboratórios de informática das escolas, a sede da Prefeitura e outros espaços públicos municipais, que disponibilizam internet, podem ser utilizados pelos cidadãos (ãs); outro questionamento foi quanto à divulgação do processo de coleta de dados através da mídia televisiva, sendo respondido que não está sendo utilizado esse mecanismo; indagou-se, ainda, se há previsão de avaliação entre as etapas do plano e qual o seu formato. Foi respondido que a avaliação está sendo feita pelo ICPS, mas que poderá acontecer na própria Câmara.

Está prevista mais uma abordagem junto à população por meio de uma pesquisa de percepção sobre a mobilidade urbana. A representante do CAU observou que a pesquisa em andamento, tem baixo envolvimento do (a) idoso (a) e que isso pode refletir no quantitativo apresentado para o número de pessoas com mobilidade reduzida. O representante do Coletivo de Luta Comunitária – CLC, Ivonaldo de Lima alertou que o (a) idoso (a), em grande maioria, não tem acesso à internet. Sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de se realizar um trabalho de campo. Sideney informou que, com o término da pesquisa, haverá um seminário para avaliar os resultados.

Após a apresentação, João Domingos sugeriu que as intervenções fossem feitas por blocos de três, sendo as respostas efetuadas com a conclusão de cada bloco. Propôs, ainda, definição de um tempo para cada intervenção, tempo esse que não foi aceito pelo grupo. Informou que, com a conclusão de cada etapa do plano, a Câmara terá acesso aos seus conteúdos para acompanhamento e análise. Prosseguiu com o debate passando a palavra para o primeiro inscrito, Maurício Pina – Consórcio Grande Recife. Embora louvável, destacou a incoerência da Política Nacional no que se refere à exigência legal para os municípios com mais de 20.000 habitantes, sem especificar que deveria se tratar da população urbana, de implantarem a lei, sem financiamento para tal, além de não oferecer apoio financeiro nem técnico, este último por meio de capacitações para o corpo de funcionários dos municípios. Lembrou ainda que o Plano enfoca o município sem tratar da questão metropolitana. Exemplificou que apenas 70 municípios brasileiros têm o plano implantado. Outro aspecto enfatizado tem relação com a necessidade dos municípios observarem o Plano Metropolitano direcionado a atender aos municípios da Metrópole. Informou que Governo do Estado está formando um Comitê Metropolitano para acompanhamento dos Planos Municipais. Destacou ainda, que há uma tendência das pessoas em valorizar o transporte não motorizado, e que isso pode levar a distorções, ao se pensar que a bicicleta substitui o transporte público, mesmo reconhecendo a importância desse modo de transporte. Apontou que a pesquisa feita pela Prefeitura tem metodologia inovadora, participativa e a custo zero, além de propiciar atualizações sistemáticas. Destacou a possibilidade de a Prefeitura vir a orientar outros municípios para repassar a experiência.

Leonardo Cisneiros – DU destacou que a metodologia é inovadora, porém considera em caráter complementar à pesquisa tradicional e que é importante sua validação científica, tendo por referência outros métodos anteriormente adotados. Registrou que o gasto para a pesquisa tradicional não seria tão elevado e que a opção por não fazê-la revela que a prioridade orçamentária da gestão pública na

alocação de recursos não é para o planejamento. Questionou se está sendo observada na pesquisa a distribuição espacial da população. Outro questionamento relacionado aos dados levantados nas grandes centralidades, shoppings, escolas, etc., foi quanto à coleta de informações dos cidadãos (ãs) circulantes nos polos considerados difusos, a exemplo, do centro de Casa Amarela e de Afogados, onde não há abordagem através de empresas e escolas. Sugeriu que nesses locais fossem adotadas pesquisas complementares, com abordagem de campo. Propôs a adoção de mecanismos de transparência com a criação de um site específico, onde seja disponibilizado o registro das reuniões, seminários, dentre outras atividades decorrentes com a adoção de uma política de dados abertos em todo o processo. Com relação ao processo participativo, propôs a realização de audiências ao término de cada etapa e, não somente com a conclusão do plano. Acrescentou ainda, que o modelo de audiência pode se assemelhar ao utilizado pelas Escutas Populares do Recife 500 Anos, realizado em cada Microrregião. Seria, portanto, um processo de coleta de ideias com consulta pública até chegar à validação no Conselho das Cidades. Registrou que o processo de elaboração do plano vem ocorrendo há um ano sem o envolvimento do conselho e enfatizou que o conselho deve definir a metodologia e não somente ser informado. Justificou que a participação é uma exigência jurídica, devendo ser observada para que, mais adiante, não se tenha problema com relação à aprovação do projeto. Propôs a realização de uma conferência municipal para validar todo o processo de elaboração do plano. Considerou que outro dado a ser observado é o de índice de caminhabilidade, como a qualidade de calçadas, pois esse dado é interessante para estimular o hábito de caminhar. Outra sugestão foi estabelecer parceria com aplicativos como, por exemplo, Easy Táxi, Uber etc., compartilhamento de bicicletas, carros etc. Sobre a mobilidade nas áreas de morros, em função de seguir uma lógica diferente de outros espaços da cidade, indagou sobre a possibilidade de implantar um sistema de transporte complementar e gratuito. Com relação à gestão do sistema, questionou se seria compartilhada e qual seria a participação do município. Ao final, propôs que a agenda dos eventos fosse construída com a Câmara Técnica de Mobilidade, a exemplo dos seminários técnicos e dos encontros com entidades civis.

A representante do CAU – Ângela Carneiro destacou a necessidade de priorização do pedestre como alvo da política, considerando as pessoas com mobilidade reduzida. Sugeriu incorporar os dados dos trabalhos realizados pelo SAMU, de levantamento referente a acidentes com os pedestres. Observou que as pesquisas existentes sobre pessoas com deficiência apresentam percentuais inferiores a 10% e que o (a) idoso (a), na maioria das vezes, não reconhece a sua mobilidade reduzida. Concluiu com sugestões, que poderão ser trabalhadas no plano, como: redução da velocidade do transporte coletivo, priorização do modal a pé, propor outros meios de transporte, a exemplo do VLT, e, acima de tudo, viabilizar a integração entre o Plano de Mobilidade e o Plano Diretor.

Luciano, da Agência CONDEPE/FIDEM, comentou sobre a importância de priorizar o pedestre no plano. Destacou a necessidade de se investir em trabalho pedagógico sobre a travessia, para que as pessoas não se ponham em situação de risco. Lembrou que a falta de recursos é um problema que afeta o planejamento, pois o Estatuto da Metrópole também não obteve recurso federal. Sobre as bicicletas avalia que é um grande risco para as pessoas na cidade, sobretudo quando são utilizadas como transporte de carga. Elas estão na contramão e em estacionamentos. É preciso que haja um trabalho de disciplinamento de seu uso. Informou que tem um estudo antigo sobre o transporte público da Região Metropolitana. Avaliou que o plano de mobilidade deva ser um Plano Metropolitano.

Guelfer da Agência Condepe/Fidem questionou se as zonas de tráfego serão preservadas, pois as considera fundamental para o plano. Indagou sobre o tamanho mínimo das empresas que serão pesquisadas e se serão considerados os centros secundários, justificando a grande circulação provocada pelas empresas de pequeno porte, localizadas nesses espaços. O pólo médico pode ser considerado exemplo similar. Expôs sua preocupação sobre se a pesquisa está validando os terminais de integração, pois há pessoas que fazem a viagem negativa, situação destacada no PDTU. Outro problema diz respeito à falta de semáforo em frente às estações do metrô. Sugeriu que o trabalho tenha dois focos, um no indivíduo, o pedestre, e o outro na integração de estruturas. Sobre a participação de órgãos federais é importante incluir a INFRAERO e o DENIT nas discussões do plano. Outro aspecto é a invasão nas faixas de domínio. De quem é a responsabilidade do prejuízo ao pedestre? Indagou, novamente.

Ivonaldo Marques - Representante do CLC – enfatizou que a metodologia aplicada de priorizar a Internet ainda não atinge a população. Sugeriu uma pesquisa de rua, nos mercados e centros comerciais. Exemplificou o cartão com validade de horas, utilizado no município de São Paulo, que contribuiu para facilitar a acessibilidade do cidadão. Outro aspecto a ser considerado no Recife é a presença do mascate, do comércio informal. Qual seria a solução? Seria padronizar os equipamentos? Regulamentar e disponibilizar áreas? Avaliou que devem ser pensadas alternativas para os comerciantes informais. Sugeriu para a pesquisa o aproveitamento do efetivo da Secretaria de Mobilidade que atua na rua, nos locais de centros comerciais informais. Lembrou que por ser muito utilizada na cidade, especialmente nas áreas de morros, a moto-táxi deve ser objeto de estudo do plano.

Com o encerramento das inscrições finalizou-se a reunião, com destaque para os encaminhamentos que deverão ser observados na próxima reunião da Câmara Técnica e alguns esclarecimentos efetuados por Sideney: destacou que a apresentação se referiu à metodologia de construção do Plano, e que esta já vem sendo apresentada em outros fóruns, inclusive no Conselho da Cidade; ressaltou, ainda, que as definições estratégicas do plano, sobretudo no que se refere a prioridades não foram estabelecidas. As contribuições quanto às prioridades a serem tratadas no Plano serão trabalhadas nas etapas seguintes.

ENCAMINHAMENTOS GERAIS:

- ✓ Próxima reunião da Câmara Técnica marcada para terça-feira 12 de abril às 09h
- ✓ Destaque sobre a importância de abordar os conteúdos no Plano e quem tiver interesse deve participar do Seminário Técnico de Mobilidade agendado para o dia 30 de março de 2016 às 14h no auditório da PCR
- ✓ Recomendação sobre as contribuições técnicas para o plano que podem ser feitas em qualquer tempo.
- ✓ Informe sobre o Recife Planeja com o tema da Regularização Fundiária marcado para o dia 6 de abril às 14h no auditório do Centro de Artesanato do Recife.

CONSELHEIROS PRESENTES QUE INTEGRAM A CÂMARA TÉCNICA:

Fernando Freire – SECID – PE (Titular) _____

Maurício Pina – Grande Recife Consorcio de Transporte (Titular) _____

João Domingos Petribu da Costa Azevedo – ICPS (Titular) _____

Leonardo Antonio Cisneiros Arrais – GRUPO DIREITOS URBANOS (Titular) _____

José Marques do Nascimento – SINTRACI (Suplente) _____

Ângela Carneiro da Cunha - CAU-PE (Suplente) _____